

Justificação: A presente demanda nos foi apresentada pelos Moradores das comunidades de Água Quente, Passa Sete, São José do Jassém e Beco, através de sua Assessoria Técnica Independente, o NACAB. Conforme nos foi reportado a empresa Anglo American estabeleceu o dia 5 de novembro de 2024 como data limite para o encerramento das negociações, mas segundo as pessoas atingidas: “este prazo é inviável, uma vez que ainda restam assuntos para serem negociados e deliberações a serem feitas em assembleias comunitárias”. Importa destacar que a Lei nº 23.795/2021, que institui Política Estadual dos Atingidos por Barragens, estabelece em seu art. 3º que são direitos dos atingidos por barragens, o direito à participação social e o direito à reparação integral, motivo pelo qual deve-se levar em consideração o pedido apresentado pela população atingida.

REQUERIMENTO Nº 9.089/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves aprovado na 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/11/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Procuradoria da República em Minas Gerais pedido de providências para que, tendo em vista o incidente de deslocamento de competência introduzido pela Emenda à Constituição nº 45, de 2004, avalie a possibilidade de atuar relativamente ao atentado à Comunidade Quilombola do Baú, em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, que ocorreu em 11/11/2024 por volta de 19 horas.

Sala das Reuniões, 14 de novembro de 2024.

Andréia de Jesus (PT), presidenta da Comissão de Direitos Humanos.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/11/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Elder Júnior Melo Oliva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

exonerando Stéfano Roberto de Freitas Davila, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Grego da Fundação;

nomeando Leandro Fernandes da Silva, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Enes Cândido.

Nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, assinou o seguinte ato:

nomeando Jessica Menezes Rosa e Silva para o cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de psicólogo, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do quadro de pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público.